

Educação severina

CHICO VIGILANTE

Zé Pedro tem 37 anos. Veio do Piauí em busca de qualquer coisa. Uma coisa sem nome, sem forma, mas qualquer coisa que signifique matar a fome, pelo menos uma vez ao dia. Pedro tem cinco filhos. O mais velho tem 13 anos e o mais novo, a menina Adriana, cinco. Eles deixaram o sertão piauiense, depois de anos de vida severina.

A história de Pedro é a mesma de milhões de brasileiros. São vidas severinas nas cidades, nos campos. Elas formam um vergonhoso universo humano que se amplia a cada dia. Os números sociais do País que o digam. O saudoso Luiz Gonzaga já cantava essa dor brasileira na arrepiante e sociológica "Triste Partida".

Vendo este inferno, pergunto: existe futuro nos olhos dos cinco filhos de Pedro? Existe perspectiva nessas crianças que, a cada dia, vão renovando o desgraçado estoque brasileiro de vidas severinas? É claro que não. Não há, praticamente, entre esses meninos, um que consiga ingressar no ensino fundamental. Concluir esse ciclo, então, nem se fala. A não ser que uma situação de anormalidade (adoção etc.) vire os seus destinos. Não há futuro onde não há educação. E o mundo moderno, como em nenhum outro tempo, exige educação.

Essas crianças, de futuro carcomido precoce na raiz, não podem se dar ao luxo de ter aquilo a que todos têm direito, segundo a própria Constituição Federal: o ensino fundamental. Isso, porque elas estão preocupadas com algo mais urgente que o futuro: matar a fome. Para tanto, têm que trabalhar, de sol a sol, para ajudar a aumentar a renda de suas famílias.

Engraxam sapatos, vendem flores pelas madrugadas afora, lavam carro, ficam à beira dos sinais de trânsito, pedindo ou vendendo

qualquer biboca. Pior é que terminam por abrir flancos para um mal maior: drogas, prostituição infantil, roubo. Estudar, pensando no futuro? "Que futuro, sinhô. Nós temos coisa mais importante pra fazer", diz Zé Pedro, batendo na barriga.

Esta realidade levou-me a apresentar à Mesa da Câmara Projeto de Lei que cria, em todo o Brasil, o Programa de Bolsa familiar para ensino fundamental (primeiro grau), a exemplo do que já foi instituído no Distrito Federal pelo governo Cristovam e em que me inspirei. O objetivo deste projeto é dar condições financeiras para que a família pobre possa manter os seus filhos pequenos na escola fundamental.

O projeto fundamenta-se, além de tudo o que já falei neste artigo, em outros argumentos. O primeiro é a questão da evasão e repetência extremamente altas no ensino fundamental. Segundo o próprio MEC (1993), em uma matrícula de 30 milhões 548 mil 879 alunos, 5 milhões 177 mil 501 alunos foram reprovados e 3 milhões 592 mil 488 abandonaram a escola, equivalente a 28,7%. Ou seja, em um ano apenas, a escola de primeiro grau perde quase 30% de sua clientela. Vale salientar que esta é uma média para os oito anos do ensino fundamental. Nas primeiras séries, esse índice chega a 50%.

O Brasil é um dos países com maior número de analfabetos. Ostenta os piores indicadores no ensino básico: 18,4% da população adulta é analfabeto; a média de escolaridade do brasileiro é de três anos, uma das mais baixas do mundo; em torno de 2 milhões de crianças entre sete e 14 anos não está freqüentando a escola. Muitas delas vão engrossar as fileiras dos analfabetos.

Outro argumento: as crianças que mais repetem, as que mais abandonam e as que não vão à escola são, majoritariamente, as que pertencem às famílias pobres. Um terceiro argumento é que a falta de instrução formal, ou seja, de estudo em escola, contribui para perpetuar a pobreza. Quem não tem um mínimo de escolarização não consegue emprego ou se submete à extorsão de sua força de trabalho. Nem mesmo os patrões mais tacanhos têm interesse em trabalhador despreparado. O analfabetismo já não interessa. Ele é um peso incômodo.

Por tudo isso, estamos apresentando este projeto. Um salário mínimo mensal pode ser um fator decisivo para as famílias deixarem os seus filhos de sete a 14 anos freqüentando a escola e até mesmo os estimularem a que obtenham um bom rendimento de aprendizagem.

O Banco Mundial afirma que recursos financeiros aplicados no ensino fundamental têm uma alta taxa de retorno para a economia do País e que essa taxa supera o retorno das aplicações nos outros níveis de ensino. Portanto, aplicar no ensino não é gasto, mas investimento com alta taxa de retorno. Colocamos a prioridade de implantar o Bolsa Familiar nas áreas onde a não-freqüência à escola, a evasão e a repetência no ensino fundamental são mais altas.

Não podemos mais conviver com essa tão cruel estatística na área do ensino. Até por experiência pessoal, a minha consciência pede que eu lute, para que os números que se referem ao Brasil sejam outros — mais dignificantes, mais humanos. Disse experiência pessoal, porque sei o quanto custa não poder estudar para ter que trabalhar. Eu já vivi severinamente.

■ Chico Vigilante é deputado federal pelo PT-DF